

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2024
(Do Sr. Alex Manente)

Requer informações ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) sobre a classificação do sigilo de dados referentes às fugas em estabelecimentos prisionais no Brasil.

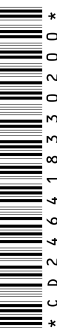
Apresentação: 07/05/2024 19:11:55.347 - MESA

RIC n.1285/2024

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, com base no art. 50 § 2º da Constituição Federal e nos arts. 115, inciso I, e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Sr. Enrique **Ricardo Lewandowski**, sobre as seguintes questões referentes à classificação de sigilo de informações sobre fugas do sistema prisional no Brasil:

1. Quais as razões técnicas e jurídicas para a restrição do acesso às informações sobre as fugas em estabelecimentos prisionais ocorridas desde 2023;
2. Quais os estudos ou dados empíricos realizados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) que fundamentam a decisão da classificação do sigilo como reservado;
3. Qual o impacto da publicação desses dados na esfera da segurança pública do país;
4. Se houve análise quanto ao impacto na elaboração de políticas públicas penitenciárias quanto à classificação reservada dos dados;
5. Qual a metodologia utilizada pelo MJSP para a classificação do grau de sigilo das informações;
6. Quais são os potenciais impactos da divulgação dessas informações na segurança pública e na gestão do sistema prisional brasileiro.



JUSTIFICAÇÃO

As evasões no sistema prisional brasileiro são uma questão de grande preocupação e relevância, evidenciando as múltiplas fragilidades e desafios enfrentados por esse sistema.

Recentemente, essa preocupação se intensificou com a notícia da fuga de dois custodiados do presídio de segurança máxima de Mossoró, no Rio Grande do Norte (RN), cuja operação de recaptura demandou pelo menos R\$ 5 milhões, conforme revelado pela imprensa através da Lei de Acesso à Informação.¹

Além disso, O próprio MJSP reconheceu, por meio de nota oficial, a existência de falhas nos procedimentos de segurança carcerária, o que resultou na abertura de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) envolvendo 10 servidores.²

Apesar desse cenário preocupante e da possibilidade de influência do crime organizado no estímulo a novas fugas semelhantes, o Governo optou por classificar como "reservados" todos os dados relativos a fugas em estabelecimentos prisionais no país, impondo, na prática, um sigilo de 5 anos sobre essas informações. Segundo nota do Ministério da Justiça e Segurança Pública, "as informações são sensíveis, pois podem colocar em risco as políticas de segurança pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, o que justifica o caráter reservado".

A classificação do sigilo em uma área tão sensível e crucial para a sociedade brasileira e para o próprio Legislativo tem impacto direto e negativo na formulação de políticas públicas para aprimorar o sistema penitenciário,

¹Operação de busca por furtivos de Mossoró custou R\$ 6 milhões; PF teve maior despesa. Disponível em: www.globo.com. Acesso em: 06/05/2024.

² NOTA OFICIAL - Resultado da apuração de responsabilidades pela fuga da Penitenciária Federal de Mossoró — Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: www.gov.br/mj. Acesso em: 06/05/2024.



bem como na segurança pública como um todo, visto que indivíduos perigosos podem estar entre os furtivos.

Por fim, as fugas evidenciam deficiências no sistema de monitoramento e controle dentro das instituições prisionais, sendo a falta de pessoal qualificado, a tecnologia obsoleta e a corrupção alguns dos principais fatores que facilitam tais eventos.

Considerando o direito constitucional da publicidade e a transparência dos atos da administração pública, solicitamos ao Ministério de Justiça e Segurança Pública informações para que o Parlamento possa compreender as motivações da imposição do sigilo e acompanhar de forma mais direta a política penitenciária no país.

Sala das Sessões, em de maio 2024.

Deputado Alex Manente
CIDADANIA/SP

